



Programa destina R\$ 360 milhões a pequenas empresas inovadoras

Durigan critica PEC que dá autonomia ao BC por criar “novo Poder”

Página 4

Promessa de dinheiro fácil e Pix são meios mais usados por golpistas

Página 3

Novo caso de febre amarela é registrado em Lagoinha, interior de SP

A Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo registrou mais um caso de febre amarela no estado. O paciente é um homem, de 55 anos, sem histórico de vacinação e que vive na cidade de Lagoinha, na região do Vale do Paraíba, que concentra 82% dos casos da doença neste ano.

Com isso, o estado de São Paulo já soma 11 casos de febre amarela em 2026, com seis óbitos. Desse total de casos registrados, nove ocorreram na região do Vale do Paraíba, com cinco mortes. Nenhuma dessas pessoas que tiveram confirmação para febre amarela tinha histórico de vacinação.

Em todo o ano passado, o estado confirmou 57 casos de febre amarela, com 35 óbitos.

Por causa desse cenário, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo intensificou o alerta para a vacinação contra a doença. A imunização é recomendada para toda a população e está disponível gratuitamente nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) de todo o estado.

“A vacina contra a febre amarela é segura, eficaz e está disponível nas Unidades Básicas de Saúde dos 645 municípios paulistas. Desde 2019, a imunização é recomendada para toda a população do estado. Por isso, a orientação é que quem ainda não se vacinou procure uma UBS, especialmente antes de viagens para áreas de mata ou regiões com circulação do vírus”, explica Tatiana Lang, diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo.

A vacina deve ser aplicada pelo menos 10 dias antes da exposição ao risco.

Quem deve tomar a vacina contra a febre amarela:

Crianças: uma dose aos 9 meses de idade e um reforço aos 4 anos; Pessoas que receberam apenas uma dose antes dos 5 anos; devem tomar uma dose de reforço; Pessoas de 5 a 59 anos que ainda não foram vacinadas devem receber uma dose única; Pessoas vacinadas com dose fracionada em 2018, durante campanhas emergenciais, devem verificar a necessidade de atualização da caderneta. (Agência Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,06
Venda: 5,06

Turismo
Compra: 5,08
Venda: 5,26

EURO

Compra: 5,86
Venda: 5,86

Desenrola registra 17 mil operações em pouco mais de um mês



Foto: iStock.com/Artemiznigera/Brasil

Página 3

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) lançaram na terça-feira (16), no Rio de Janeiro, o Programa Tecnova 2026/2027. A iniciativa oferece R\$ 360 milhões para pequenas empresas do país desenvolverem produtos, serviços e processos inovadores. Os recursos são da Finep e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

É a quarta edição do programa, que desta vez planeja contratar até 713 empresas com faturamento anual de até R\$ 16 milhões.

O total de recursos investidos pode chegar a R\$ 588 milhões se forem consideradas as contrapartidas estaduais.

A operacionalização dessa quantia ficará sob responsabilidade de agentes estaduais como as fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entre outros.

Os interessados têm até o dia 3 de agosto de 2026 para enviar as propostas por meio do site da Finep. Uma vez contemplados, terão até 60 meses para execução do projeto. **Página 3**

São Paulo lidera impacto positivo no setor de Serviços em abril

Página 2

MEC amplia prazo para pagar taxa de inscrição até dia 22

Página 8

Cooperativas são reconhecidas como manifestação da cultura nacional

Página 4

Esporte

75ª Prova Ciclística Internacional 9 de Julho celebra a história da modalidade no Brasil

Maior e mais tradicional do Brasil, a Prova Ciclística Internacional 9 de Julho chega à sua 75ª edição carregando mais de nove décadas de história, suor e superação estampados no asfalto paulistano. A disputa de 2026 acontece tradicionalmente no feriado estadual que relembra a Revolução Constitucionalista de 1932 e este ano terá percurso na Marginal Pinheiros, em São Paulo.

As inscrições para a edição comemorativa dos 75 anos — que pela primeira vez em anos volta a receber ciclistas amadores de todo o país — estão abertas. Para participar, basta acessar o site oficial da prova: <https://prova9dejulho.com.br/>. O prazo é até 3 de julho de 2026 ou enquanto houver vagas disponíveis.

Uma história que atravessa gerações — A Prova Ciclística 9 de Julho nasceu da visão de um jornalista apaixonado pelo esporte e pela história de São Paulo. Idealizada em 1932 por Cásper Líbero — fundador do jornal A Gazeta — a competição foi criada para relembra a Revolução Constitucionalista, levantando paulista que marcou definitivamente a história política do Brasil. Sua inspiração veio de longe: o Tour de France, a maior corrida de ciclismo do mundo.

A primeira edição foi disputada em 16 de julho de 1933. Apesar da previsão inicial de 400 participantes, a forte chuva que caiu sobre São Paulo naquele dia reduziu o número de inscritos: 223 ciclistas largaram, e 186 cruzaram a linha de chegada. A largada foi dada na Avenida Paulista, com o pelotão rumando a Santo Amaro. O clima adverso não impediu o espetáculo. Os irmãos José Ricardo e Antonio Magnani dominaram a prova de ponta a ponta, che-



Largada da edição de 2025

gando diante de cerca de cinco mil espectadores, que lotaram a chegada. José Ricardo Magnani, representante do Brasil E.C., venceu com o tempo de 1h06min08s. Antonio cruzou apenas três segundos depois.

Décadas de história no asfalto paulistano — Ao longo das décadas seguintes, a 9 de Julho foi muito mais do que uma corrida — foi um espelho do próprio Brasil. A prova acompanhou os anos de prosperidade e os períodos de turbulência, sendo suspensa durante a Segunda Guerra Mundial (1941–1946) e em momentos da Ditadura Militar. Cada retomada era também uma declaração de resistência e de amor ao ciclismo.

O percurso clássico atravessava as principais artérias da cidade: largava na porta da TV Gazeta, na Avenida Paulista, descia pela Avenida Rebouças, passava pelo Palácio do Governo, seguia até a região de Santo Amaro e Interlagos, contornava pelas Marginais Pinheiros e Tietê até o campo do Corinthians e retornava pelo Vale do Anhangabaú, pela Avenida 23 de Maio e pela subida da Brigadeiro, com chegada no Ibirapuera. Milhares de pessoas tomavam as calçadas para ver o pelotão passar — uma festa popular que misturava esporte e identidade paulistana.

Em 1947, a prova recebeu o título de Internacional, com a participação de atletas argentinos e uruguaios. No ano seguinte, o argentino Jorge Oliveira tornou-se o primeiro estrangeiro a cruzar a linha de chegada em primeiro lugar, antecipando o caráter global que a competição viria a ter, com representantes de mais de 15 países ao longo de sua história.

A chegada das mulheres — Em 1985, a prova abriu suas portas para as mulheres. A carioca Cláudia Tourinho, então com 26 anos, tornou-se a primeira campeã feminina da 9 de Julho, conquistando o título na pista do Autódromo de Interlagos. O momento foi histórico. A partir dali o ciclismo feminino brasileiro ganhou um palco à altura de seu talento.

A retomada e o recorde de público (2015–2016) — Após novo período de interrupção, a prova voltou às ruas de São Paulo em 2015. No ano seguinte, alcançou seu maior número de competidores: 2.129 participantes inscritos. Em 2024, uma novidade marcou a história da prova: pela primeira vez, a categoria Elite disputou um percurso pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.

Os imortais da 9 de Julho — Ao longo de sua história, a prova

construiu um panteão de campeões que definem o que há de melhor no ciclismo nacional e internacional. José Ricardo Magnani, o primeiro campeão, sagrou-se tricampeão ao vencer também em 1934 e 1940. Rolando Montesi (1937, 1938 e 1947) e Ailton Souza (1982, 1985 e 1988) seguiram o mesmo caminho. Wanderley Magalhães dominou o início dos anos 1990 com três títulos consecutivos (1989, 1990 e 1991).

O maior vencedor da história da prova é o velocista argentino Francisco Chamorro, com quatro conquistas — sendo a última em 2025. Entre as mulheres, a franco-brasileira Cláudia Carceroni e a brasileira Luciene Ferreira dividem o topo do ranking feminino, com quatro títulos cada.

75 anos de história viva — Para marcar a edição comemorativa, a prova ganhou um rebranding com nova identidade visual que um legado histórico a um traço contemporâneo: linhas arredondadas formando a silhueta de um ciclista em posição aerodinâmica, com o número 9 inserido na roda traseira — símbolo que condensa em um único gesto toda a tradição do evento.

9 de julho 2026 - Inscrições, kits, categorias e percursos — São três opções de kits para os ciclistas amadores: o Básico (R\$

129,90 + taxas), o Intermediário (R\$ 219,90 + taxas) e o Premium (R\$ 299,90 + taxas). O Kit Básico conta com número de dorso, adesivo para o capacete, chip e medalha, enquanto o Kit Intermediário agrega camiseta e sacochinha. Já o Kit Premium, o mais completo, traz número de dorso, adesivo para o capacete, jersey, camiseta, sacochinha, chip e medalha.

Com premiação total de R\$ 57 mil, as categorias entre os atletas federados são Elite, Open Master (a partir de 30 anos), Sub-23 (19 a 22 anos) e Júnior (17 e 18 anos). Os percursos são de 100 km para os homens e 75 km para as mulheres. Para os ciclistas amadores, a distância será de 50 km, tanto no masculino quanto no feminino.

A Prefeitura de São Paulo apresenta a 75ª Prova Ciclística Internacional 9 de Julho. O evento é propriedade da Fundação Cásper Líbero, com organização operacional da Sagaz Esportes e supervisão técnica da Federação Paulista de Ciclismo, além do apoio institucional da TV Gazeta, Rádio Gazeta FM 88.1, site Gazeta Esportiva, Faculdade Cásper Líbero e Confederação Brasileira de Ciclismo.

Mais informações: <https://prova9dejulho.com.br/>

Jornal O DIA SP

TABELA JOGOS COPA DO MUNDO 2026

QUINTA-FEIRA, 18 JUNHO 2026

	X		13:00	Primeira fase - Grupo A - Estádio de Atlanta (Atlanta)
	X		16:00	Primeira fase - Grupo B - Estádio de Los Angeles (Los Angeles)
	X		19:00	Primeira fase - Grupo B - BC Place de Vancouver (Vancouver)
	X		22:00	Primeira fase - Grupo A - Estádio de Guadalajara (Guadalajara)

A MANEIR COPA DE TODOS OS TEMPOS! CANADÁ - EUA - MÉXICO O MENINO INTERO EM CAMPO!

São Paulo lidera impacto positivo no setor de Serviços em abril

O estado de São Paulo teve o maior impacto positivo entre todas as unidades da Federação no volume de serviços prestados no Brasil em abril em comparação com março. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto o setor de Serviços teve alta de 1,2% no país, São Paulo teve crescimento de 1,4%, exercendo a maior influência sobre o resultado nacional. Os dados mostram que São Paulo respondeu por 47,88% do volume total de serviços prestados no Brasil.

Na comparação com abril de 2025, o estado voltou a apresentar a contribuição positiva mais relevante, com aumento de 3,5%. A média nacional foi de 1,9% no

mesmo recorte.

No acumulado de ano, de janeiro a abril, São Paulo foi novamente o principal impacto positivo em termos regionais, com alta de 4,2%. No Brasil, o índice ficou em 2,2%.

Já no acumulado de 12 meses, o estado cresceu 4,5%, ante avanço de 2,9% no país.

Segundo o IBGE, o resultado positivo foi impulsionado pelo ramo de informação e comunicação, impulsionado, em grande parte, pelo aumento das receitas das empresas que atuam nos segmentos de consultoria em tecnologia da informação, tratamentos de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, portais,



Foto/Marcelo Camargo/ABR

provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, desenvolvimento e licenciamento de softwares, além de telecomunicações.

As empresas mais inovadoras, com grande receita, estão sediadas em São Paulo, especial-

mente nos segmentos de tecnologia da informação, publicidade em mídias sociais, administração de cartões de desconto e programas de fidelidade, além da intermediação de negócios por aplicativos e plataformas de e-commerce.

No agregado especial da pesquisa que analisa o desempenho das atividades turísticas, São Paulo teve o maior peso positivo no resultado nacional em abril em relação a março, 5,5%. Já o país registrou taxa de 4,1%.

No acumulado do trimestre, o estado teve crescimento de 0,7%, ante o avanço de 0,4% no país.

Esse crescimento, segundo o IBGE, foi impulsionado pelos aumentos de receita obtidos por empresas dos ramos de serviços de catering, buffet e de comida preparada, restaurantes e serviços de reservas relacionados a hospedagens.

O SP na Direção Certa é um programa do Governo de São Paulo que retine ações voltadas à modernização da máquina pública. São medidas implantadas para dar maior eficiência ao ges-

to público, com redução de despesas e aumento da arrecadação, gerando maior capacidade de investimento ao Estado.

Com boa logística, mercado consumidor robusto, ambiente de negócios favorável, o Estado incentiva abertura de empresas e geração de empregos.

Em 2025, foram abertas 405 mil novas empresas, um crescimento de 10% em relação a 2024, que registrou 368 mil constituições.

Foram geradas 311.228 vagas de emprego com carteira assinada no estado em 2025. São Paulo foi o estado que mais criou oportunidades no ano passado entre todas as Unidades da Federação – o equivalente a 900 vagas por dia. O setor de Serviços foi o que mais gerou vagas formais em 2025 no estado – foram quase 185 mil postos criados (60% do total). (Governo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Vereadores(as) que são assumidos torcedores do futebol comentam que um dos problemas da seleção brasileira na Copa Fifa 2026 é que há jogadores que se dizem cristãos, mas não usam as Éticas do Cristo

PREFEITURA (São Paulo)

Prefeito reeleito 2024. Ricardo Nunes (MDB) vai colaborar para que o deputado e presidente da ALESP André Prado (PL) tenha um aliado que substitua a altura Eduardo Bolsonaro na suplência da chapa 2026 ao Senado

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputado e presidente André Prado ainda quer Eduardo Bolsonaro como 1º suplente na chapa 2026 do PL ao Senado, mas o ex-deputado federal [nos USA] foi condenado no Supremo e perdeu os direitos políticos

GOVERNO (São Paulo)

Governador Tarcísio Freitas (Republicanos) vai colaborar para que o deputado e presidente da ALESP André Prado (PL) tenha um aliado que substitua a altura Eduardo Bolsonaro na suplência da chapa 2026 ao Senado

CONGRESSO (Brasil)

Entre senadores(as) e deputados(as) assumidos torcedores do futebol o comentário é de que um dos problemas da seleção na Copa Fifa 2026 é que há jogadores que se dizem cristãos, mas não usam as Éticas do Cristo

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Enquanto Lula (dono do PT) foi oferecer o Brasil [no G7 na França], o vice Alckmin (ex-PSDB no PSB) está reforçando presença no interior paulista, pra que Haddad pelo menos vá ao 2º turno do governo estadual

PARTIDOS (Brasil)

As maiores convenções de 2026 e comandos de grandes campanhas no mês de julho em São Paulo. São cerca de 9,5 milhões de eleitores(as) na capital de um total de cerca de 34,5 milhões pelo Estado paulista

JUSTIÇAS (Brasil)

O Supremo decidiu que mesmo as maiores empresas de tecnologia do mundo terão que ter sede e responder juridicamente no Brasil pelos crimes cometidos através dos usos de suas redes sociais nas eleições 2026

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Eu estava olhando nas minhas visões da noite, e eis que vinha nas nuvens do céu um como o filho do homem; e dirigiu-se ao anjo de dias, e o fizeram chegar até ele" Daniel 7.13

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00
Matriz: Rua Carlos Comenala, 263 3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR
Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo
A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

SP recebe inscrições de processo seletivo para professores de Ensino Fundamental, Médio e Médio técnico nesta quinta (18) e sexta (19)

Termina nesta semana o prazo para inscrições no processo seletivo simplificado para professores da rede estadual. As oportunidades são para atuar a partir de 2027 em classes do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Ensino Médio e Ensino Médio técnico em unidades escolares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP). O cadastro é on-line no site da Fundação Getúlio Vargas e a taxa de inscrição é de R\$ 60 para cada concurso. Há vagas na capital, região metropolitana, interior e litoral.

Para as classes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os candidatos devem ter diploma de curso normal superior, de licenciatura em Pedagogia, de habilitação específica para o magistério, de licenciatura em educação do campo ou do programa especial de formação pedagógica superior. Para as oportunidades nos anos finais do Fundamental e Médio, os interessados devem comprovar diploma de licenciatura plena em componente curricular integrante da matriz curricular do Estado de São Paulo.

A prova objetiva está agendada para 16 de agosto. O prazo de inscrição vai até 18 de junho neste link.

Para interessados em atuar em classes do itinerário de formação técnico profissional, o candidato deve ter formação em cursos de licenciatura, bacharelado ou tecnólogos, além de especialistas com notório saber e técnicos com experiência comprovada, conforme critérios estabelecidos na Deliberação CEE nº 207/2022.

O processo seletivo abrangendo seis eixos tecnológicos com vagas para os cursos técnicos que serão ofertados na rede estadual. As provas objetivas e discursivas estão marcadas para 23 de agosto. As inscrições seguem até 19 de junho neste link.

Link de inscrições do Ensino Técnico: <https://conhecimento.fgv.br/concursos/seducsp26tecnico>
Link de inscrições do Ensino Fundamental e Médio: <https://conhecimento.fgv.br/concursos/>



Foto/Divulgação Governo de SP
O cadastro é on-line no site da Fundação Getúlio Vargas e a taxa de inscrição é de R\$ 60 para cada concurso. Há vagas na capital, região metropolitana, interior e litoral seducsp26feducbasica

Salário de R\$ 5.565,00 para 40 horas semanais

Na rede estadual paulista a remuneração para jornada de 40 horas semanais é de R\$ 5.565,00. Os docentes que atuam em unidades do Programa Ensino Inte-

gral estão vinculados ao regime de dedicação exclusiva e têm direito à gratificação no valor de R\$ 2.120,00. A contratação é por tempo determinado. Uma vez contratado, o docente poderá permanecer vinculado à Seduc-SP por um período de até três anos. (Governo de SP)

CPTM expande teste de pagamento por Pix para todas as estações da Linha 10-Turquesa

A CPTM dá mais um passo para a ampliação da forma de pagamento via Pix no sistema ferroviário. A partir da quarta-feira (17), todas as estações da Linha 10-Turquesa passam a aceitar o pagamento da tarifa pela modalidade nos ATMs (terminais de autoatendimento) do TOP, operacionalizados pela Autopass.

Esta medida representa a expansão da fase piloto iniciada em 5 de junho. Na primeira etapa dos testes, foram contempladas dez estações do sistema: Palmeiras-Barra Funda, Riberião Pires, Mauá, São Caetano, Santo André, Brás, Francisco Morato, Suzano, Ferraz de Vasconcelos e Aeroporto-Guarulhos. O avanço para a segunda fase foi definido após a avaliação de desempenho positivo pela ABASP, responsável pela gestão do sistema.

A segunda etapa de testes, que servirá de base para o planejamento da futura implantação da ferramenta em toda a rede ferroviária, mantém o atendimento nos dez pontos iniciais, ampliando para todos os ATMs, e estende a funcionalidade para a totalidade



Foto/Divulgação Governo de SP

da Linha 10-Turquesa. Com isso, as estações Juventus-Moooca, Ipiranga, Tamanduateí, Utinga, Prefeito Saladino, Capuava, Guapituba e Rio Grande da Serra passam a integrar o projeto, além da Estação Fern. Luz. Desde o início dos testes até o fim da manhã da terça-feira (16), foram efetuadas 8.535 transações por meio do Pix nos dez terminais originais.

Investimentos contínuos em transformação digital marcam a atuação da CPTM, diretriz também demonstrada na universalização do

pagamento via NFC (aproximação) em todo o sistema ferroviário paulista, concluída em abril. O objetivo é consolidar uma rede inteligente preparada para receber milhões de passageiros diariamente com o máximo de fluidez.

O presidente da CPTM, Michael Cerqueira, destaca que o avanço tecnológico é um compromisso direto com a qualidade do serviço prestado à população. Segundo o executivo, a companhia trabalha para que a jornada de quem viaja seja cada vez mais

ágil e integrada. "O sucesso dos primeiros testes, com mais de 8,5 mil transações em poucos dias, demonstra que o passageiro deseja e adota novas facilidades digitais. Expandir o Pix para todas as estações da Linha 10-Turquesa é um passo decisivo na maturação dessa tecnologia. Estamos refinando o sistema em uma escala maior para garantir que, quando a universalização acontecer, o serviço seja absolutamente estável, rápido e seguro para os milhões de paulistas que transportamos", afirma Cerqueira.

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos é a operadora de transporte ferroviário de passageiros, com mais de 8,5 milhões de passageiros transportados por dia útil. Diariamente, os trens percorrem cerca de 53,5 mil km, ou 1,3 volta em torno da Terra, em 1.551 viagens programadas. Juntas, as quatro linhas da CPTM somam 142 km de extensão, dos quais 74 km estão na capital paulista, que também conta com 18 estações do total de 41. A CPTM atende os moradores de 12 municípios, incluindo a capital. (Governo de SP)

Governo abre inscrições para curso gratuito de empreendedorismo

Quem tem interesse em empreender ou já tem o próprio negócio pode fazer um curso gratuito de empreendedorismo, oferecido pelo Qualifica SP – Empresa, programa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A iniciativa capacita empreendedores de micro e pequenas empresas oferecendo mentorias coletivas e individuais. Neste momento, estão abertas 500 vagas. No total, serão 2 mil vagas distribuídas em quatro etapas ao longo do ano.

Paulo Pereira, 47 anos, é um dos 400 alunos que estão participando da primeira turma e disse

que se surpreendeu com o curso. "Eu sou prestador de serviços e geralmente os cursos que têm por aí são focados em empreendedores de alimentos, mas o Qualifica SP tem conteúdo que serve para o meu ramo, me senti acolhido", conta.

Paulo tem produtora audiovisual independente focada em documentários. "Em 25 anos de carreira eu sempre via o que eu faço como um bico e o curso me fez enxergar como uma empresa", revela.

O objetivo do empreendedor após o curso é solicitar crédito do Banco do Povo para comprar equi-

pamento fotográfico para aumentar suas produções audiovisuais.

O curso, executado pela Fundação Dom Cabral, é dividido em três módulos com carga horária de 30 horas. Os alunos terão mentoria coletiva e individual e aprenderão sobre gestão financeira, a identificar oportunidades de mercado e a construir um plano de negócios.

Assim como Paulo, empreendedores do estado de São Paulo, de 18 anos ou mais, formais ou informais podem participar do programa. As inscrições devem ser realizadas pelo site www.qualificasp.gov.br até o dia 30 de junho.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), pasta do Governo do Estado de São Paulo, exerce papel fundamental para a reindustrialização e atração de investimentos com foco na geração de emprego, renda e desenvolvimento regional. Além disso, conta com programas de capacitação profissional, ações de fomento ao empreendedorismo, que incluem linhas de microcrédito do Banco do Povo. Também como instituições vinculadas a InvestSP, a Desenvolve SP e a Junta Comercial do Estado de São Paulo (Juceesp). (Governo de SP)

Programa destina R\$ 360 milhões a pequenas empresas inovadoras

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) lançaram na terça-feira (16), no Rio de Janeiro, o Programa Tecnova 2026/2027. A iniciativa oferece R\$ 360 milhões para pequenas empresas dos países desenvolvidos produtos, serviços e processos inovadores. Os recursos são da Finep e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

É a quarta edição do programa, que desta vez planeja contratar até 713 empresas com faturamento anual de até R\$ 16 milhões. O total de recursos investidos pode chegar a R\$ 588 milhões se forem consideradas as contrapartidas estaduais.

A operacionalização dessa quantia ficará sob responsabilidade de agentes estaduais como as fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entre outros.

Os interessados têm até o dia 3 de agosto de 2026 para enviar as propostas por meio do site da Finep. Uma vez contemplados, terão até 60 meses para execução



Foto: Zênita Régua/ABR

do projeto.

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, destacou o alcance nacional da iniciativa. Pela primeira vez, o programa contempla toda as 27 unidades da federação.

“O Programa Tecnova atua na descentralização da inovação para garantir que os recursos cheguem a todas as regiões do país. O apoio às micro e pequenas empresas contribui para o fortalecimento tecnológico nacional e para a geração de empregos qualificados”, disse Luciana.

O presidente da Finep, Luiz Antônio Elias, explicou o modelo de cooperação com as uni-

des federativas.

“Trabalhamos em conjunto com os agentes estaduais para operacionalizar a subvenção econômica e modernizar o setor produtivo nas diferentes regiões. É no espaço entre produção do conhecimento e sua incorporação à economia e à sociedade que programas como o Tecnova assumem um papel significativo e estratégico”, destacou Elias.

Indicadores e projetos

O MCTI também anunciou a criação do projeto Cientistas de Dados pelo Brasil, uma rede para padronizar as informações estaduais sobre apoio à pesqui-

sa e desenvolvimento ((P&D) no Brasil.

A pasta divulgou ainda indicadores nacionais de investimentos em P&D entre 2014 e 2024. Neste último ano, foram gastos R\$ 166,4 bilhões, considerados aportes do setor público e privado. O crescimento foi de 18% em relação a 2021, período com menor aporte de recursos nos últimos anos.

O Brasil aplica cerca de 1,23% do Produto Interno Bruto (PIB) em P&D, sendo 0,61% da iniciativa privada e 0,62% de origem governamental. O percentual está abaixo do de países como Israel (6,76%), Coreia do Sul (5,13%), Japão (3,62%), Estados Unidos (3,44%) e Alemanha (3,13%).

Quando são separados os gastos por setor privado e público, o MCTI destaca que os valores governamentais brasileiros estão muito próximos dos observados em países mais ricos. Estados Unidos (0,66%), Israel (0,68%), França (0,72%), Rússia (0,74%), Alemanha (0,93%) e Coreia do Sul (1,05%) são os líderes nesse quesito, logo à frente do Brasil (0,62%). (Agência Brasil)

Desenrola registra 17 mil operações em pouco mais de um mês

Mais de 17 mil operações com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foram utilizadas para pagamento de dívidas por meio do programa Desenrola 2.0. De acordo com o Ministério do Trabalho, o valor médio sacado para quitação de débitos com instituições financeiras é de R\$ 604,73.

A segunda fase do programa federal em reserva de R\$ 10,3 milhões para ajudar na regularização de dívidas dos trabalhadores, viabilizando negociações com descontos e juros mais baixos.

Saque-aniversário

No caso do saque-aniversário, a liberação de valores bloqueados beneficiou 14,6 mi-

lhões de trabalhadores com contratos encerrados ou suspensos entre 2020 e 2025.

Segundo o ministério, R\$ 16,7 bilhões foram liberados para este fim. Do total, R\$ 14,9 bilhões foram efetivamente pagos.

Saques extraordinários

De acordo com o balanço, o valor total utilizado em saques extraordinários desde 2023 é de R\$ 34,7 bilhões.

Esse tipo de saque é liberado de forma excepcional. São autorizados pelo governo federal em momentos específicos, como crises econômicas, pandemias, emergências ou mesmo para estimular o consumo, injetando dinheiro na economia. (Agência Brasil)

IBGE abre nova seleção para preencher 1,4 mil vagas temporárias

As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a contratação temporária de 1.414 profissionais começaram na quarta-feira (17) e seguem até as 23h59 de 15 de julho, no horário de Brasília.

Os aprovados atuarão nas operações do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola e também no levantamento do Censo Nacional da População em Situação de Rua.

As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela internet, no portal da banca organizadora contratada, o Instituto Avalia.

Os contratos são temporários, com duração inicial de até 12 meses, podendo ser prorrogados até o limite de 48 meses, conforme a necessidade das operações.

Na semana passada, o IBGE abriu as inscrições para outro processo seletivo, que oferece 8.238 vagas para cinco cargos de nível médio: agente censitário administrativo, agente censitário de informática, agente operacional regional, agente censitário

regional e agente censitário supervisor.

Vagas

As 1.414 vagas são de nível médio e superior, sendo 1.020 vagas para o cargo de analista censitário e 394 para agente censitário de qualidade. A jornada de trabalho é de 40 horas semanais para todos os cargos.

No quadro de vagas, há oportunidades para analista nas áreas de formação, como agronomia, assistência social, bibliotecária, cartografia, ciência de dados, ciências contábeis, ciências sociais, design educacional, tecnologia da informação, economia, engenharia de produção, estatística, geografia, geoprocessamento, jornalismo, entre outras.

Também há oportunidades para atuação em gestão administrativa, infraestrutura, redes, produção audiovisual e webdesign.

Entre as atribuições previstas, destacam-se atividades de planejamento, coleta e análise de dados, elaboração de relatórios técnicos, desenvolvimento de sistemas, produção de conteúdo

e apoio às equipes de campo, conforme a área de atuação.

Já o agente censitário de qualidade fará o controle e a verificação da qualidade das informações coletadas, supervisionará o trabalho dos recenseadores com o objetivo de assegurar o cumprimento dos padrões metodológicos do IBGE.

Taxa de inscrição

A taxa de inscrição é de R\$ 41,76 para a função de agente censitário de qualidade e R\$ 37,50 para analista censitário.

O edital prevê isenção da taxa de inscrição no Processo Seletivo Simplificado para inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico), ou doador de medula óssea.

A solicitação de isenção da taxa de inscrição deve ser feita entre 17 de junho e 15 de julho.

O edital prevê reserva de 5% das vagas para pessoas com deficiência (PCD) e 30% para candidatos negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas quilombolas, conforme a

legislação vigente.

Remunerações

Os aprovados para o cargo de agente censitário de qualidade, que exige ensino médio completo, terão salário mensal de R\$ 2.932. Já para as funções de analista censitário, que exigem nível superior em áreas específicas, a remuneração é de R\$ 5.255,40.

Todos os contratados terão direito a benefícios como auxílio-alimentação de R\$ 1.192, além de auxílio-transporte, auxílio-pré-escolar, férias e 13º salário proporcional.

Provas

As provas objetivas serão aplicadas em 30 de agosto, em todas as capitais do país e no Distrito Federal. Cada questão terá cinco alternativas, sendo apenas uma correta.

Os candidatos para o cargo de agente censitário de qualidade farão o concurso no período matutino. Para a função de analista censitário (todas as áreas), as provas serão no turno vespertino. (Agência Brasil)

Governo prepara seguro para assumir risco em vendas da Embraer a aéreas

O governo federal trabalha na elaboração de um seguro público inédito, com risco assumido pela própria União, para apoiar as vendas de aviões comerciais da Embraer, tanto no Brasil quanto no exterior.

O objetivo é ampliar a competitividade da fabricante brasileira frente a gigantes como Airbus e Boeing na oferta de jatos comerciais, usados em voos regionais.

A proposta, conforme informações obtidas pela reportagem, prevê que o governo federal passe a oferecer um seguro para cobrir riscos de financiamentos contratados pelos compradores junto aos bancos.

O Executivo federal já possui um Seguro de Crédito à Exportação, voltado para a proteção a fabricantes brasileiros e a operações tradicionais de exportação. A iniciativa para a Embraer cobre financiamentos usados pelas companhias aéreas e empresas de arrendamento para pagar antecipadamente as aeronaves da Embraer enquanto elas ainda estão em produção.

A maior parte dessas operações de crédito costuma, hoje, ser fechada até dois anos antes de a aeronave ficar pronta. Esse modelo torna os juros mais altos e dificulta o acesso às aeronaves por empresas de leasing ou companhias aéreas, já que o avião em si não existe como bem que possa ser usado como garantia em caso de inadimplência.

Esses pagamentos antecipados, conhecidos no setor pela sigla PDP (Pre-Delivery Payments), chegam a representar até 30% do valor total do avião. É aqui que entraria a garantia elaborada pelo governo.

A proposta desenhada entra a ABGF (Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, e a Embraer prevê que bancos públicos ou privados passem a contar com a garantia da União ao oferecer esses financiamentos, ou seja, o governo banca o prejuízo caso o comprador — as companhias aéreas — deixem de honrar a dívida.

Pelo modelo, o governo não vai emprestar dinheiro diretamente para as aéreas, já que o financiamento continua a ser feito pelo mercado financeiro. O que mudaria é que a União assumiria o risco da operação, já que o Seguro de Crédito à Exportação tem cobertura do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

A proposta prevê garantia de até 90% de riscos comerciais e até 100% dos chamados “riscos políticos e extraordinários”, como guerras, restrições cambiais, moratórias ou medidas governamentais que impeçam o pagamento da dívida.

Questionado pela reporta-

gem, o Ministério da Fazenda informou avaliar positivamente oportunidades de aperfeiçoamento do apoio às exportações para atender setores estratégicos da economia. Ressaltou ainda que o financiamento de pagamentos antecipados já é amplamente utilizado na indústria aeronáutica internacional e tem aumentado nos últimos anos.

“Eventual apoio oficial a operações dessa natureza não representa garantia automática ou irrestrita. Cada operação permanece sujeita a rigorosa análise de risco, incluindo a avaliação da capacidade de pagamento do comprador, das características da operação, bem como do enquadramento aos normativos aplicáveis”, informou a Fazenda.

A efetivação de qualquer cobertura, segundo o ministério, estará condicionada ao pagamento do prêmio correspondente, calculado de acordo com o perfil de risco da operação e os critérios técnicos do Seguro de Crédito à Exportação. Caso ocorra inadimplência, o prejuízo recairá sobre o Fundo de Garantia à Exportação, que é administrado pelo Tesouro Nacional.

Procurada, a Embraer não quis se pronunciar sobre o tema.

Com o seguro público, a fabricante brasileira mira não apenas o mercado mundial de aeronaves comerciais de grande porte, hoje altamente concentrado, mas também o de aviação regional.

A americana Boeing responde por cerca de 40% da frota mundial de aviões de maior porte em operação, enquanto a multinacional europeia Airbus detém 39%. Neste mercado, a Embraer possui cerca de 7% da frota global.

A companhia brasileira, porém, é uma das líderes globais no segmento de aviões regionais, usados em voos de menor porte e rotas de curta e média distâncias, detendo cerca de metade deste mercado.

A preocupação da fabricante brasileira e do governo está ligada justamente a esse segundo setor. A Embraer enfrenta concorrência crescente da Airbus, que hoje possui cerca de 950 aeronaves encomendadas de seu modelo A220, voltado para voos regionais, enquanto a família E2 da Embraer, voltada ao mesmo segmento, soma cerca de 500 pedidos.

A avaliação é de que a competição entre fabricantes está cada vez mais ligada ao terreno financeiro, ou seja, mais que o avião em si, pesa na escolha as condições de crédito e garantias para atrair companhias aéreas ou empresas de leasing.

A Embraer estima que a demanda global por aeronaves regionais chegue a 10,5 mil novos aviões nos próximos 20 anos, movimentando cerca de US\$ 680 bilhões em vendas. (Folhapress)

Promessa de dinheiro fácil e Pix são meios mais usados por golpistas

Promessas de dinheiro fácil vindas de marcas conhecidas com pagamentos instantâneos via Pix se tornaram a combinação mais frequente usada pelos golpistas online do Brasil. E o que aponta a segunda edição do Relatório A Jornada dos Golpes, divulgado na quarta-feira (17).

O estudo do Observatório Lupa, núcleo de pesquisa da Agência Lupa, tomou por base 115 conteúdos fraudulentos virais que circularam pelo país entre maio de 2024 e abril de 2026. Foi constatado que cerca de um terço dos golpes exigia pagamentos exclusivamente via Pix. Outros 71% dos golpes prometiam algum tipo de vantagem financeira e 74% exploravam a credibilidade de empresas ou personalidades conhecidas para dar as fraudes uma aparência de legitimidade.

A pesquisa identificou que boa parte dos golpes utiliza estratégias repetitivas que são, por essa razão, previsíveis. Entre as estratégias que reaparecem ao longo do ano com pequenas adaptações se incluem promoções falsas, indenizações inexistentes, benefícios sociais fictícios e brindes supostamente gratuitos. E sempre acompanhando datas sazonais e temas em evidência no noticiário.

A pesquisadora responsável pelo estudo, Beatriz Farrugia, indicou que os criminosos não precisam criar golpes completamente novos para continuar fa-

zendo vítimas. “Eles reutilizam estruturas que já funcionaram, adaptam a narrativa ao contexto do momento e se aproveitam da confiança que as pessoas depositam em marcas conhecidas, instituições e figuras públicas”.

Como isso torna as fraudes cada vez mais previsíveis, Beatriz afirmou que acaba abrindo espaço para ações preventivas mais eficazes.

Para aumentar a taxa de sucesso das fraudes, os criminosos exploram especialmente contextos de vulnerabilidade econômica e a expectativa de obtenção de dinheiro fácil ou descontos significativos.

Os pesquisadores identificaram que uma das principais estratégias é a distorção de fatos reais. Em 66% dos golpes analisados, criminosos partiram de informações verdadeiras para construir narrativas enganosas.

Isso inclui manipulação de reportagens jornalísticas, comunicados oficiais, campanhas legítimas, decisões judiciais, programas governamentais e páginas institucionais, visando criar conteúdos que pareçam autênticos à primeira vista. No período anterior, esse índice era de 55%.

Segundo Beatriz, o uso de elementos reais torna os golpes mais difíceis de serem identificados.

“Muitas vezes, a fraude não nasce de uma informação totalmente inventada, mas da adulteração de fatos verdadeiros, mar-

cas reconhecidas ou notícias que já circulam na imprensa”.

De acordo com o relatório, mais de 15 empresas de varejo, bancos, marketplaces e plataformas digitais tiveram suas marcas utilizadas indevidamente por criminosos para conferir legitimidade às fraudes.

Entre as marcas mais exploradas, destaca para Mercado Livre e Nubank, com quatro ocorrências cada. Shopee, Serasa e Rede Globo apareceram também entre os nomes mais utilizados pelos golpistas.

Além de empresas, personalidades públicas, jornalistas, médicos e influenciadores foram frequentemente usados para dar veracidade às mensagens fraudulentas.

A pesquisa evidenciou que a maior parte das fraudes é iniciada em redes sociais abertas, como Facebook, Instagram e TikTok, migrando depois para ambientes mais privados, especialmente formulários online, onde ocorre a coleta de dados pessoais, e aplicativos de mensagens.

O WhatsApp apareceu em quase 65% dos golpes analisados entre maio de 2025 e abril de 2026, consolidando-se como o principal canal de circulação desse tipo de conteúdo no país.

Nesse ambiente, os pagamentos instantâneos tornaram-se uma ferramenta importante para os criminosos. As transações por Pix costumam ser apresentadas como forma única

de acessar com taxas supostamente necessárias para liberar benefícios, promoções, brindes ou indenizações inexistentes.

O relatório chama atenção para o papel das plataformas digitais na monetização e circulação de conteúdos fraudulentos. Em novembro de 2025, documentos internos da Meta revelados pela imprensa indicaram que a empresa teria arrecadado em 2024 cerca de US\$ 16 bilhões com anúncios relacionados a golpes e produtos proibidos. Esse valor equivale a cerca de 10% da receita anual da empresa.

O Observatório Lupa informou que o caso ampliou o debate interdisciplinar sobre os mecanismos de fiscalização de anúncios e a responsabilidade das plataformas na prevenção de fraudes.

Beatriz Farrugia sinalizou para a necessidade de uma atuação coordenada entre empresas de tecnologia, instituições financeiras, órgãos públicos, veículos de imprensa e usuários para que ocorra o enfrentamento dos golpes online.

A pesquisadora destacou que o relatório mostra que os golpes digitais não são aleatórios. Reforçou que eles seguem padrões relativamente estáveis de narrativa, distribuição e monetização. “Quanto melhor entendermos esses padrões, maiores serão as chances de antecipar ameaças, reduzir vulnerabilidades e proteger os usuários”, concluiu. (Agência Brasil)

Cooperativas são reconhecidas como manifestação da cultura nacional

Internacional

"Não se meta nas eleições no Brasil", diz Lula a Trump

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu na quarta-feira (17) que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, não interfira nas eleições brasileiras e respeite o país.

"Por mim, ele pode continuar gostando do Bolsonaro — do pai, do filho, do neto. Não tenho nenhum problema. É um problema dele. Afinal de contas, gosto não se discute. Agora, não se meta nas eleições no Brasil!", disse.

"As eleições no Brasil são um problema do Brasil, como as eleições americanas são problema delas e não são um problema meu. A única coisa que eu quero é respeito pelo Brasil, assim como eu tenho pelos Estados Unidos", completou.

Em entrevista coletiva após o fim da Cúpula do G7, em Évian, na França, Lula disse que, se Trump conhece o Brasil pela relação que ele tem com a família Bolsonaro, ele desconhece o país.

"Ele tem o direito de ter as preferências eleitorais dele, as preferências ideológicas dele. Eu só espero que ele não fira o código de ética entre as nações que querem ser respeitadas na sua soberania. Só espero isso", concluiu.

Entenda

Mais cedo, também em entrevista coletiva no evento, Trump classificou o Brasil como um país "um pouco perigoso politicamente" e citou a condenação de Eduardo Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF).

"Prenderem ele ou querem prendê-lo. Estão tramando algo para a sua prisão. Eles jogam bem pesado. Mas ninguém joga mais pesado que os Estados Unidos", disse.

O ex-deputado federal foi condenado a quatro anos e dois meses anos de prisão, em regime semiaberto, pelo crime de coação no curso do processo.

Ele foi considerado culpado de atuar em Washington a favor do tarifaço dos Estados Unidos contra as exportações brasileiras, para intimidar a Suprema Corte e tentar evitar a condenação do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, pela tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. (Agência Brasil)

Proposta que criminaliza misoginia avança na Câmara dos Deputados

O grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que debateu o projeto de combate à misoginia aprovou na terça-feira (16) o parecer da deputada Tabata Amaral (PSB-SP). O projeto de lei (PL) 896/23 criminaliza a prática equiparando-a ao crime de racismo.

A proposta também amplia a punição para casos praticados na internet com objetivo de obter lucro, audiência, engajamento ou visibilidade, além de prever a realização de campanhas públicas de enfrentamento à misoginia.

O projeto de lei, que já foi aprovado no Senado, ainda precisa ser votado no plenário da Câmara.

Mais cedo, havia a expectativa de que a proposta pudesse ter a análise iniciada no plenário ainda nesta terça-feira, diante da decisão do governo de retirar o regime de urgência para PL 1838/26, do governo federal, que acaba com a escala de trabalho 6x1.

As duas propostas foram temas da reunião de líderes que aconteceu na tarde de hoje, mas os líderes entraram em acordo para pautar a matéria na última semana de junho.

O texto classifica o ato de misoginia como a prática, a indução ou a incitação de violência, de restrição ao pleno exercício de direitos ou de ofensa à dignidade da mulher, em razão da condição de mulher.

Em seu relatório, Tabata Amaral destacou haver uma convergência central sobre "a íntima relação entre o discurso de ódio e inferiorização das mulheres e a prática de crimes graves", evidenciando que o feminicídio é muitas vezes uma "morte anunciada" precedida por violência verbal e simbólica.

Entre os pontos levantados na proposta está o de proporcionar atendimento policial especializado às vítimas, considerando sua situação de vulnerabilidade e o risco de revitimização.

"As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) desempenham um papel fundamental na rede de proteção à mulher e, portanto, ofe-

A partir da quarta-feira (17), o cooperativismo é reconhecido como manifestação da cultura nacional e poderá acessar recursos de fundos regionais de desenvolvimento. As duas normas que fortalecem o setor estão publicadas no Diário Oficial da União.

A Lei nº 15.433, além de considerar o setor parte do conjunto cultural brasileiro, determina que o Estado garanta a livre atividade das cooperativas e apoio ao modelo, conforme previsto na Constituição Federal.

A proposta reconhece o papel histórico do cooperativismo na formação social e econômica do país, presente em diversos setores e associado a valores como colaboração e gestão coletiva.

A Lei Complementar nº 231 inclui as cooperativas no grupo de beneficiários do Fundo de



Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). A mudança foi feita por meio de alterações em normas anteriores e amplia o acesso dessas entidades a financiamentos voltados a projetos produtivos.

Acesso a recursos

Com a inclusão, os recursos desses fundos poderão ser destinados não apenas a empresas, mas também a sociedades cooperativas, desde que organizadas conforme a legislação do setor.

Na prática, a medida amplia as possibilidades de financiamen-

to para iniciativas em áreas estratégicas, como infraestrutura, agroindústria e outros empreendimentos capazes de gerar desenvolvimento econômico regional.

Os fundos regionais têm como objetivo apoiar projetos com potencial de impulsionar novas atividades produtivas e reduzir desigualdades entre regiões do país, especialmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Fortalecimento do setor

As duas normas integram um conjunto de medidas voltadas ao fortalecimento do cooperativismo brasileiro. Com maior acesso a financiamento e reconhecimento institucional, o setor ganha respaldo para ampliar investimentos, gerar renda e impulsionar o desenvolvimento regional. (Agência Brasil)

Justiça manda governo Lula suspender anúncios pelo fim da escala 6x1 nas redes sociais

A Justiça Federal no Distrito Federal atendeu a um pedido do deputado Carlos Jordy (PL-RJ) e mandou o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) suspender anúncios pelo fim da escala 6x1 nas redes sociais.

A decisão liminar —provisória— acolhe parte da solicitação feita em ação popular do deputado e envolve impulsionamentos no YouTube, Instagram, Facebook e X. O WhatsApp ficou fora e, com isso, o governo manteve sua campanha em favor da mudança de escala, uma das maiores bandeiras do petista e aposta para a reeleição.

A Câmara dos Deputados aprovou, em 27 de maio, PEC (proposta de emenda à Constituição) pelo fim da escala 6x1, com redução da jornada de 44 horas semanais para 42 horas em 60 dias, e para 40 horas, em 2027, criando a escala 5x2. A medida precisa, no entanto, passar pelo Senado.

A AGU, que representa o governo na Justiça, informou por

meio de nota que ainda não foi comunicada da decisão e "avaliará as medidas jurídicas relativas ao caso".

Em sua decisão, a juíza Pollyanna Kelly Maciel Medeiros Martins Alves afirma que a medida não impede que haja "veiculação orgânica (não patrocinada) de conteúdo institucional, nem alcance pronunciamentos presidenciais em cadeia nacional de radiodifusão ou qualquer outro meio de comunicação".

O deputado Carlos Jordy solicitava, além da suspensão de anúncios pelo fim da escala no caso dos que tratam diretamente da proposta em debate no Legislativo, que o presidente fosse punido por ter feito pronunciamentos em favor da diminuição da jornada nos dias 7 de março —pelo Dia Internacional da Mulher— e 30 de abril, pelo 1º de Maio, Dia do Trabalho.

Jordy pediu que Lula, a Secom (Secretaria de Comunicação), o ministro-chefe da Secom, Sidônio Palmeira, e a União fossem multados. A causa foi atri-

buído o valor de R\$ 1,5 milhão, o mesmo que teria sido gasto em pagamentos às empresas digitais para impulsionamento de propagandas, segundo o processo.

Na ação, o deputado detalha os gastos com base em dados extraídos da Meta Ad Library —ferramenta pública de transparência publicitária da plataforma Meta. Do total, R\$ 881 mil teriam sido investidos entre os dias 15 e 18 de abril de 2026, quando a PEC estava sendo debatida na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados.

"Essa concomitância enfraquece a tese do caráter meramente informativo e evidência, em cognição sumária, aparente incompatibilidade com a finalidade constitucional no processo legislativo, com uso potencialmente irregular de recursos públicos", diz a juíza.

Na ação, a União afirma que o autor não demonstrou haver ilegalidade, alega ainda que o presidente da República não deveria ter sido citado, assim como Palmeira e que a Justiça Federal não seria o foro adequado, já que há outra ação

similar na Justiça Eleitoral.

A juíza entendeu que o debate deve ser feito na Justiça Federal por se tratar de recursos públicos e decidiu limitar os pedidos feitos por Jordy, negando parte deles. Para ela, os pronunciamentos de Lula em rede nacional já ocorreram e não há como barrá-los. Também entendeu não haver motivo para multa por má-fé.

"Os pronunciamentos em cadeia nacional de 07/03/2026 e 30/04/2026 constituem atos já consumados e exauridos no tempo. Não há providência liminar útil a ser deferida quanto a eles, pois não se suspende o que já se exauriu", diz na decisão.

Em nota, a assessoria do deputado confirmou a concessão da liminar e o conteúdo da decisão. "Restou esclarecido que a medida não impede a veiculação orgânica de conteúdo institucional, nem alcance pronunciamentos presidenciais em cadeia nacional de radiodifusão ou qualquer outro meio de comunicação que não o impulsionamento pago nas plataformas digitais." (Folhapress)

Durigan critica PEC que dá autonomia ao BC por criar "novo Poder"

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, criticou, na quarta-feira (17), a proposta de emenda à Constituição (PEC) que concede autonomia financeira e orçamentária ao Banco Central (BC). A medida foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, na semana passada.

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, o ministro argumentou que não se pode, a pretexto de fortalecer o Banco Central, criar "uma série de distorções" na contabilidade da autoridade monetária do Brasil, assim como no processo de auditoria do BC.

"É preciso fortalecer, sim, a instituição do Banco Central, assim como outras agências, sem que a gente tenha uma espécie de novo Poder da República, que pode mandar projeto de lei, que não se submete à auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU)", disse o ministro ao responder a perguntas de parlamentares.

A PEC 65 de 2023, que será votada no plenário do Senado, estabelece autonomia administrativa, contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial ao BC "com ausência de vinculação a Ministério ou a qualquer órgão ou sistema da Administração Pública e de tutela ou subordinação hierárquica".

As mudanças previstas no texto preocupam Durigan. "Até, inclusive, para a proteção do Banco Central, que acho que tem que estar bastante dentro das regras do jogo", completou.

A proposta permite que o BC retenha, no seu orçamento, receita própria criada pela senhoriação (recursos oriundos da emissão de moeda). Atualmente, o BC tem seu orçamento definido pela Lei Orçamentária Anual (LOA), e os recursos da senhoriação são transferidos para o Tesouro Nacional.

A receita da senhoriação foi de R\$ 23,3 bilhões, ao ano, entre 2017 e 2025, enquanto o orçamento do BC foi de R\$ 4,8 bi-

lhões, ao ano, no mesmo período. O governo teme que a PEC traga ainda perda de receitas para o Tesouro.

Economistas brasileiros publicaram um manifesto contra a PEC alegando que o texto facilita a cooptação do BC pelo setor financeiro, que é fiscalizado e regulado pela autoridade monetária, além de favorecer a manutenção dos altos juros no Brasil.

"A PEC cria independência seletiva: afasta o BC do controle democrático do Estado [Congresso, Tribunal de Contas da União, Executivo], mas o mantém estruturalmente poroso às influências do mercado financeiro. Perdem-se os freios dos poderes constituídos e os canais de acesso do setor privado continuam abertos", diz o manifesto.

O documento sustenta que a PEC fragiliza a fiscalização, o controle social e a responsabilização do Banco Central: aumenta a dívida pública; e poderia criar um modelo único no mundo que retine autonomia

financeira e operacional da autoridade monetária.

Em 2021, foi aprovada e sancionada lei que concedeu ao BC autonomia administrativa e operacional em relação ao governo, mas a instituição segue dependente do Orçamento da União para as atividades que desempenha.

A PEC 65 amplia a autonomia do BC ao permitir que a autoridade monetária retenha receita própria criada com a emissão de moedas. A proposta é defendida pela diretoria do Banco Central, liderada pelo presidente Gabriel Galpoulo. Ele argumenta que a instituição está nos limites dos recursos para cumprir com a missão de fiscalizar e regular o sistema financeiro.

O texto também é defendido pelos bancos privados, setor que o BC tem a obrigação de regular e fiscalizar. A Associação Brasileira de Bancos (ABBC) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) têm se manifestado favoravelmente à proposta. (Agência Brasil)

PGR se manifesta contra revisão da condenação de Bolsonaro

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou na terça-feira (16) ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer contra o pedido de revisão criminal do ex-presidente Jair Bolsonaro para anular a condenação a 27 anos e três meses de prisão no processo da trama golpista.

No documento, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirma que o processo já foi encerrado e não foi apresentado pela defesa do ex-presidente nenhum fato inédito para justificar mudanças na condenação.

"O título condenatório é hígido e está assentado em vigoroso conjunto probatório. A execução da pena imposta a Jair Messias Bolsonaro foi determinada e man-

tida pela Suprema Corte, após a apreciação minudente das teses defensivas", disse Gonet.

O procurador acrescentou que não há razão relevante para diminuir a pena de Bolsonaro. "As teses suscitadas pelo autor na inicial da presente ação revisional não trouxeram nenhum inédito a legitimar a desconstrução do pronunciamento jurisdicional definitivo, quer por contrariedade ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos, quer porque fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos ou, ainda, pela descoberta de novas provas", completou.

No dia 8 de maio, a defesa de Bolsonaro protocolou uma revisão

criminal no Supremo e sustentou que a condenação deve ser revista porque houve "erro judiciário".

No recurso, a defesa contestou a tramitação do processo que condenou o ex-presidente. Para os advogados, por estar na condição de ex-presidente, Bolsonaro deveria ter sido julgado pelo plenário da Corte, e não pela Primeira Turma.

Os advogados também afirmaram que a delação do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, não foi voluntária e deve ser anulada. A falta de acesso integral às provas da investigação também suscitada.

No mérito, a defesa acrescentou que não foram ideneas provas da participação de Bolsonaro nos atos golpistas de 8 de janeiro

de 2023 e na liderança de um plano para planejar um golpe de Estado.

No ano passado, Bolsonaro foi condenado pela Primeira Turma da Corte, formada pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Carmen Lucia.

Conforme determina o regimento interno do Supremo, o revisório criminal deverá ser julgado pela Segunda Turma, composta por André Mendonça e Nunes Marques, ambos indicados por Bolsonaro, além de Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Luiz Fux.

O relator do caso é Nunes Marques. Não há prazo para julgamento da revisão.

Atualmente, Bolsonaro está em prisão domiciliar temporária por razões de saúde. (Agência Brasil)



CONTINUAÇÃO

Table with columns: Média de vida útil (estimada em ano), Bens em operação, Depreciação acumulada, Total. Rows include Instalações e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Média de vida útil (estimada em ano), Bens em operação, Depreciação acumulada, Total. Rows include Instalações e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Média de vida útil (estimada em ano), Bens em operação, Depreciação acumulada, Total. Rows include Instalações e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Média de vida útil (estimada em ano), Bens em operação, Depreciação acumulada, Total. Rows include Instalações e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Média de vida útil (estimada em ano), Bens em operação, Depreciação acumulada, Total. Rows include Instalações e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Média de vida útil (estimada em ano), Bens em operação, Depreciação acumulada, Total. Rows include Instalações e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Média de vida útil (estimada em ano), Bens em operação, Depreciação acumulada, Total. Rows include Instalações e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Média de vida útil (estimada em ano), Bens em operação, Depreciação acumulada, Total. Rows include Instalações e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Imobilizado em andamento.

Table with columns: Média de vida útil (estimada em ano), Bens em operação, Depreciação acumulada, Total. Rows include Instalações e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Imobilizado em andamento.

Table with columns: 23. Provisões para contingências, Consolidado, 29. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas. Rows include Trabalhista, Tributária, Outras despesas, Resultado das outras despesas.

Table with columns: 23. Provisões para contingências, Consolidado, 29. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas. Rows include Trabalhista, Tributária, Outras despesas, Resultado das outras despesas.

Table with columns: 23. Provisões para contingências, Consolidado, 29. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas. Rows include Trabalhista, Tributária, Outras despesas, Resultado das outras despesas.

Table with columns: 23. Provisões para contingências, Consolidado, 29. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas. Rows include Trabalhista, Tributária, Outras despesas, Resultado das outras despesas.

Table with columns: 23. Provisões para contingências, Consolidado, 29. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas. Rows include Trabalhista, Tributária, Outras despesas, Resultado das outras despesas.

Table with columns: 23. Provisões para contingências, Consolidado, 29. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas. Rows include Trabalhista, Tributária, Outras despesas, Resultado das outras despesas.

Table with columns: 23. Provisões para contingências, Consolidado, 29. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas. Rows include Trabalhista, Tributária, Outras despesas, Resultado das outras despesas.

Table with columns: 23. Provisões para contingências, Consolidado, 29. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas. Rows include Trabalhista, Tributária, Outras despesas, Resultado das outras despesas.

Table with columns: 23. Provisões para contingências, Consolidado, 29. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas. Rows include Trabalhista, Tributária, Outras despesas, Resultado das outras despesas.

CONTER CONTRAÇÕES E COMÉRCIO S.A.

Local, Dia e Hora: Na sede da CONTER CONTRAÇÕES E COMÉRCIO S.A., inscrita no CNPJ nº 07.212.207/0001-00, localizada no endereço: Rua...

Objeto: Deliberação sobre a aprovação da Alienação Fiduciária de Ativos da Companhia, mediante a assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos...

Participantes: O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente...

Deliberações: O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente, declarou que a proposta de alienação fiduciária de ativos da Companhia...

Assinaturas: O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente...

EXTRATO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RESUMIDAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas eletronicamente no seguinte endereço: <https://www.jornaloiasp.com.br/leioes/publicidade-legal>

Objeto: Deliberação sobre a aprovação da Alienação Fiduciária de Ativos da Companhia, mediante a assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos...

Participantes: O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente...

Deliberações: O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente, declarou que a proposta de alienação fiduciária de ativos da Companhia...

Assinaturas: O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente...

O.E.S. Participações S.A.

Local, Dia e Hora: Na sede da O.E.S. Participações S.A., inscrita no CNPJ nº 07.212.207/0001-00, localizada no endereço: Rua...

Objeto: Deliberação sobre a aprovação da Alienação Fiduciária de Ativos da Companhia, mediante a assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos...

Participantes: O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente...

Deliberações: O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente, declarou que a proposta de alienação fiduciária de ativos da Companhia...

Assinaturas: O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente...

PAGE CAPITAL LTDA

Local, Dia e Hora: Na sede da PAGE CAPITAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.212.207/0001-00, localizada no endereço: Rua...

Objeto: Deliberação sobre a aprovação da Alienação Fiduciária de Ativos da Companhia, mediante a assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos...

Participantes: O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente...

Deliberações: O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente, declarou que a proposta de alienação fiduciária de ativos da Companhia...

Assinaturas: O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente; O Sr. Manoel de Jesus Pereira, Presidente...

Anvisa cria grupo para avaliar segurança da vacina do Butantan

Prefeitura de Limeira fecha acesso à Ponte do Esqueleto



Foto: Prefeitura de Limeira/Divulgação

A prefeitura de Limeira reforçou na quarta-feira (17) as medidas de segurança na área da Ponte do Esqueleto, com o fechamento de acessos irregulares e o complemento de ações emergenciais. Segundo a prefeitura, uma intervenção mais ampla não havia sido executada antes devido às limitações operacionais por parte do governo federal, responsável pela ponte. A entrada no local é crime porque a área não é de acesso público.

A prefeitura informou que a administração municipal foi acionada pelo governo federal para prestar apoio na realização da interdição. As obras estruturais permanentes, incluindo a construção de muros de contenção, a manutenção das valetas e demais medidas de fechamento da área, permanecem sob responsabilidade da União. As iniciativas estão sendo tomadas até que se encontre a solução definitiva para evitar o acesso ao local.

As medidas foram adotadas depois da morte de Maria Eduarda Rodrigues de Freitas, de 21 anos, no último sábado (13), arremessada da ponte, para um salto de rope jump (salto no vazio a partir de locais muito altos), sem estar presa às cordas do equipamento de segurança. Ela foi jogada de uma altura de cerca de 40 metros por instrutores de uma empresa privada.

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

(MGI), discute com os governos locais a eventual remoção da ponte, que está localizada na divisa entre os municípios de Limeira e Cordeirópolis, no interior de São Paulo.

Em nota à imprensa, a SPU reafirmou que a transferência da propriedade da ponte para o Patrimônio da União foi oficializada em maio deste ano e que nunca autorizou nenhuma atividade no local.

Na segunda-feira (15), os representantes da Secretaria do Patrimônio da União e a Advocacia Geral da União (AGU) estiveram no interior paulista e se reuniram com a prefeita de Cordeirópolis, Cristina Saad, e com o prefeito de Limeira, Murilo Félix, e suas equipes. A SPU confirmou que continuará discutindo com os governos locais uma solução definitiva para a ponte.

Após o encontro, o prefeito Murilo Félix confirmou que a área apresenta riscos conhecidos há muitos anos e que, mesmo interditada, a construção continuava atraindo pessoas. Na reunião, a prefeitura de Limeira relatou que havia sido aberta uma valeta para impedir o acesso ao local e que a valeta foi fechada sem conhecimento de sua administração. (Agência Brasil)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) instituiu na terça-feira (16) grupo de trabalho para aprofundar a avaliação da segurança da vacina contra a dengue Butantan-DV.

De acordo com a Portaria nº 715/2026, cabe ao novo colegiado coordenar e dar suporte técnico às atividades de um painel de especialistas, responsável por analisar dados clínicos de eventos adversos notificados após a aplicação do imunizante.

Segundo a norma, o grupo de trabalho atuará na avaliação de informações complementares apresentadas pelo detentor do registro da vacina e na consolidação de dados necessários para revisar o perfil de risco e benefício do produto.

A iniciativa ocorre no contexto do monitoramento contínuo da segurança de vacinas, conheci-



Foto: Governo de SP

do como farmacovigilância.

Composição

O grupo será formado por representantes de diferentes áreas da Anvisa, incluindo setores responsáveis por produtos biológicos, farmacovigilância, monitora-

mento de produtos e inspeção sanitária, além de diretorias da agência.

Há previsão de participação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde, como convidado nas atividades.

O painel de especialistas terá caráter consultivo e será formado por profissionais externos à agência, escolhidos com base em critérios de qualificação técnica, experiência profissional e ausência de conflito de interesses. A participação será voluntária e não remunerada.

Decisão

A portaria estabelece que as conclusões do grupo de trabalho e do painel de especialistas servirão como subsídio técnico para decisões da Diretoria Colegiada da Anvisa, responsável pelas deliberações finais.

O grupo terá duração indeterminada e poderá permanecer em atividade enquanto houver necessidade de acompanhamento e análise relacionados à segurança da vacina. (Agência Brasil)

Enamed recebe inscrições para edição de 2026 até dia 29 de junho

Os estudantes que concluem medicina em 2026 e graduandos do quarto ano do curso devem preencher a inscrição para o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) 2026 até o dia 29 de junho.

Os participantes já foram habilitados e inscritos pelo coordenador do curso para avaliação no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) 2026. Agora, o aluno deverá entrar no Sistema Enamed, preencher o cadastro e indicar, entre outros dados, o município e a unidade da federação onde fará a prova no dia 13 de setembro.

No momento da inscrição, o participante que necessitar de atendimento especializado ou desejar ser tratado pelo nome social deverá fazer as solicitações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no mesmo período: até 29 de junho.

O tratamento pelo nome social, destinado à pessoa trans, será apresentado em todos os documentos e materiais administrativos do Enamed, caso o participante tenha o nome social cadastrado na Receita Federal.

Conforme o edital, o exame é obrigatório para estudantes concluintes dos cursos de graduação em medicina avaliados no Enade 2026, desde que habilitados e inscritos pelos coordenadores de curso. O exame teórico

também será obrigatório para os estudantes do quarto ano de medicina inscritos pelas instituições de ensino.

Além disso, os médicos já graduados em anos anteriores interessados em usar os resultados do Enamed para acesso direto do Exame Nacional de Residência (Enare) 2026/2027 podem se inscrever voluntariamente.

Ao entrar no Sistema Enamed para preencher os dados da inscrição, o participante deverá informar o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), a data de nascimento, um endereço de e-mail válido, além de um número de telefone fixo ou celular para contato do Inep, se necessário.

Os dados pessoais informados devem ser iguais aos cadastrados na Receita Federal, para ter correspondência entre as informações.

Os concluintes de medicina que desejarem usar o resultado para concorrer ao Enare a fim de disputar uma vaga de residência médica devem indicar esta opção no Sistema Enamed. Em seguida, deverão continuar a sua inscrição no Sistema Enare, assim como os participantes do Enamed 2026 já graduados em anos anteriores.

O Inep avisa que será aceita apenas uma inscrição por número de CPF e que, depois de finalizada, a inscrição não poderá ser cancelada.



Foto: Fernando Erazo/IBR

Os estudantes do quarto ano do curso de medicina que participarem do Enamed não podem se inscrever no Enare ou usar esse resultado para processos seletivos de programas de residência médica de acesso direto.

Já o participante concluinte do Enamed 2026 que desejar adotar os resultados para participação no Exame Nacional de Residência 2026/2027 deverá cumprir as regras e pagar a taxa de inscrição do Enare, que também está com inscrições abertas a partir da segunda-feira (15), gerenciadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) neste ano.

Nesta edição do Enamed, pela primeira vez, os concluintes do curso de graduação em medicina e os graduados que pretendem concorrer a uma vaga no Enare em 2026, que possuem resultado válido no Enamed 2025, poderão escolher entre usar a nota já obtida para

participar do Enare ou realizar o Enamed 2026 para tentar obter uma nova nota melhor.

A escolha pela nota deve ser feita no momento da inscrição no Enamed 2026.

Mesmo aqueles candidatos que optarem por reaproveitar a nota anterior e não quiserem participar da prova do Enamed 2026 deverão realizar a inscrição no exame para indicar a opção escolhida.

Em caso de reaproveitamento de resultado anterior do Enamed e também de realização da edição de 2026, para fins de classificação, o sistema do Enare vai puxar de forma automática a maior nota na escala de proficiência da Teoria de Resposta ao Item (TRI).

Isto quer dizer que, se o candidato for melhor em 2026, vale a nova; se a nota de 2025 tiver sido maior, será mantida para a classificação. (Agência Brasil)

MEC amplia prazo para pagar taxa de inscrição até dia 22

O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) anunciaram, na manhã da quarta-feira (17), a ampliação do prazo para pagamento da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026 até a segunda-feira (22). Antes do anúncio oficial, a data final de pagamento seria nesta quarta-feira.

A retificação do edital do Enem já está publicada no Diário Oficial da União.

O valor da taxa de inscrição é R\$ 85 e a Guia de Recolhimento da União (GRU Cobrança) para pagamento é gerada na Página do Participante no portal do Inep.

Os candidatos não isentos devem usar a senha cadastrada no portal de serviços digitais do governo federal, o Gov.br.

Meios de pagamento

O pagamento da taxa de inscrição do exame pode ser feito pelos candidatos não isentos em qualquer banco, casa lotérica ou por meio de aplicativos bancários.

Não serão aceitos pagamentos de inscrições por meio de depósito em caixa eletrônico, via postal, transferência ou depósito em conta corrente, nem ordem



Foto: Wase Cruz/Agência Brasil

de pagamento.

As opções de pagamento da GRU Cobrança são o Pix, cartão de crédito, débito em conta corrente ou poupança, dentre outros e pode variar de acordo com a instituição financeira do pagador.

Nos casos de Pix, a GRU Cobrança traz o QR Code para o participante que quer a taxa de inscrição.

Somente a quitação da taxa é

que garante a participação dos candidatos não isentos no exame nacional.

Sem devolução de valor

O Inep avisa que o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, se realizado em duplicidade ou se for diferente de R\$ 85.

Assim como não será devolvido o pagamento da taxa de inscrição, exceto em caso de cancelamento desta edição do Enem.

O edital público do exame esclarece que é proibido transferir o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição do Enem para outro participante.

Isentos do Enem

No Enem 2026, o Inep concede gratuidade para pessoas dos seguintes perfis e, por isso, não será gerada GRU Cobrança para pagamento.

alunos matriculados no 3º ano do ensino médio em escola pública, em 2026;

alunos que cursaram todo o ensino médio em escola pública ou como bolsistas integrais em escola privada e que possuam renda familiar de até 1,5 salário-mínimo por pessoa;

estudantes participantes do programa Pé-de-Meia do Ministério da Educação (MEC).

pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pertencentes a famílias de baixa renda e com registro no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico);

participantes que informaram na inscrição que usarão os resultados das provas para solicitar o certificado de conclusão do ensino médio e têm registro no CadÚnico.

Cronograma do Enem 2026

novo prazo para pagamento da taxa de inscrição: de 25 de maio a 22 de junho;

resposta à solicitação de atendimento especializado: 26 de junho;

recurso à negativa de atendimento especializado: de 29 de junho a 3 de julho;

resultado do recurso: 10 de julho.

aplicação das provas: 8 e 15 de novembro.

Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio, que avalia o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica, é considerado a principal forma de entrada na educação superior no Brasil, por meio de programas federais como Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

As instituições de ensino públicas e privadas usam os resultados das provas para selecionar os estudantes.

Desde a edição de 2025, o Enem voltou a certificar a conclusão dessa etapa de ensino para os candidatos com 18 anos de idade completos e que também alcançaram a pontuação mínima em cada área do conhecimento nas provas e na redação.

Os resultados individuais do exame também podem ser aproveitados em processos seletivos de instituições portuguesas que têm convênio com o Inep. Os acordos garantem acesso facilitado às notas dos estudantes brasileiros interessados em cursar a educação superior em Portugal. (Agência Brasil)